



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO

MINUTA DE CONTRATO

Processo n.: 0015739-66.2026.8.24.0710

CONTRATO N. 000/20XX

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram o **ESTADO DE SANTA CATARINA**, por intermédio do **PODER JUDICIÁRIO**, e a empresa **XXXXXXXXXX LTDA.**, adotando-se o regime da Lei n. 14.133/2021

O **ESTADO DE SANTA CATARINA**, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio do **PODER JUDICIÁRIO**, estabelecido na Rua Dr. Álvaro Millen da Silveira, 208, Centro, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ sob o n. 83.845.701/0001-59, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Diretor-Geral Administrativo, Senhor **ALEXSANDRO POSTALI**, e a empresa **XXXXXXXXXX LTDA.**, estabelecida na Avenida Xxxxxx Xxxxxx, XXXX, Xxxxxxx, Xxxxxx/SC, CEP xxxx, inscrita no CNPJ sob o n. 00.000.000/0000-00, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Sócio-Gerente, Senhor **XXXXX XXXXXXXX**, resolvem celebrar este contrato, em decorrência do Processo n. 0015739-66.2026.8.24.0710, referente ao Pregão Eletrônico n. 90014/2026, homologado em Xx.X.202x, mediante as cláusulas a seguir.

DOS DOCUMENTOS

Cláusula primeira. Fazem parte deste contrato, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta apresentada pela CONTRATADA.

DO OBJETO

Cláusula segunda. Este contrato tem por objeto o fornecimento contínuo de café em pó e açúcar, com quantitativos estimados, a serem adquiridos conforme a demanda do PJSC, em conformidade com este contrato, seus anexos e com a proposta apresentada.

§ 1º Serão consideradas inclusas todas as despesas concernentes à entrega dos produtos, com o fornecimento da mão de obra necessária, encargos sociais, ferramental, equipamentos, transporte, traslado dos materiais a serem utilizados, assistência técnica, benefícios, despesas indiretas, tributos e quaisquer outras incidências.

§ 2º A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem no objeto contratual, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em conformidade com o estabelecido no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

§ 3º Os quantitativos dos bens objeto deste contrato são estimados e serão adquiridos conforme a necessidade do CONTRATANTE, sem a obrigatoriedade de aquisição de quantidade mínima durante a vigência contratual, ou seja, a prestação devida à CONTRATADA é fixada em função das unidades determinadas, a serem efetivamente solicitadas e entregues.

DA ENTREGA

Cláusula terceira. A entrega do objeto será de acordo com as condições contidas no Processo n. 0015739-66.2026.8.24.0710 e na proposta apresentada pela CONTRATADA, que originou este contrato, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 89 da Lei n. 14.133/2021.

Parágrafo único. A CONTRATADA compromete-se a entregar o objeto descrito na cláusula segunda após o recebimento do pedido de entrega emitido pela Seção de Controle de Custos e Suprimentos - Divisão Administrativa da Diretoria de Infraestrutura, conforme disposições do termo de referência anexo.

DA FISCALIZAÇÃO

Cláusula quarta. As disposições relativas à fiscalização contratual estão previstas no termo de referência anexo

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula quinta. As obrigações e responsabilidades das partes estão previstas no termo de referência anexo.

DO CRÉDITO

Cláusula sexta. As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta do orçamento da unidade orçamentária Tribunal de Justiça do Estado, classificação funcional programática 02.122.0926.0954, natureza da despesa 3.3.90.30, com recursos oriundos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça, para o exercício de 2026.

Parágrafo único. A dotação orçamentária necessária para cobrir as despesas decorrentes do presente contrato para o(s) exercício(s) seguinte(s) constará da proposta de Lei Orçamentária Anual do Órgão 03000 -

DO PAGAMENTO

Cláusula sétima. As disposições relativas ao pagamento estão previstas no termo de referência anexo.

DO REAJUSTE

Cláusula oitava. Mediante expresse pedido da CONTRATADA, os valores contratados poderão ser reajustados pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) observados os valores de mercado, desde que decorrido 1 (um) ano a partir de 15/04/2026, data do Termo de Consolidação de Pesquisa de Preços.

§1º Na hipótese de índice deflacionário, a Administração providenciará de ofício o reajustamento dos valores registrados em favor do PJSC.

§ 2º Sob pena de preclusão, o direito ao reajuste deverá ser pleiteado pelas partes antes:

I - do advento da data base referente ao reajuste subsequente;

II - da assinatura de aditivo de prorrogação contratual;

III - do encerramento do contrato.

§ 3º O prazo previsto no *caput* somente poderá ser alterado por força de lei, sendo obrigatória a apresentação, por parte da CONTRATADA, da documentação que comprove a origem do novo preço praticado.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula nona. As sanções administrativas serão: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com o Estado de Santa Catarina e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fulcro no Título IV - Das Irregularidades, Capítulo I - Das Infrações e Sanções Administrativas, da Lei n. 14.133/2021.

§ 1º A penalidade de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 desta Lei, qual seja *dar causa à inexecução parcial do contrato*, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 2º A CONTRATADA estará sujeita às multas prevista no termo de referência anexo.

§ 3º Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA outras sanções ou até mesmo iniciar o processo de extinção contratual.

§ 4º Os valores correspondentes à prática de infrações contratuais serão retidos e deduzidos do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, após o que será a CONTRATADA notificada para, querendo, apresentar defesa administrativa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 5º Os valores retidos pela prática de infrações poderão, após regular processo administrativo, ser convertidos em multa pela autoridade competente.

§ 6º A devolução dos valores retidos, caso não convertidos em multas, será realizada com correção monetária pelo índice oficial de inflação do Brasil.

§ 7º Caso não seja possível a retenção e dedução do pagamento da Nota Fiscal/Fatura, os valores relativos à multa serão pagos mediante notificação de cobrança; neste caso, o CONTRATANTE encaminhará, no primeiro dia útil após vencidos os prazos estipulados neste contrato, notificação de cobrança à CONTRATADA, que deverá fazer o recolhimento aos cofres públicos até o 5º (quinto) dia útil a partir de seu recebimento, sob pena de cobrança judicial, observando que:

I - as multas previstas neste contrato são cumulativas, ou seja, umas sobre as outras, sendo os limites incidentes sobre cada uma delas; e

II - na hipótese de a CONTRATADA não efetuar o recolhimento da notificação de cobrança, o CONTRATANTE inscreverá o valor em dívida ativa.

§ 8º A penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado de Santa Catarina será aplicada, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, sem prejuízo da multa de 10% (dez por cento) sob o saldo remanescente do contrato, nos seguintes casos:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - dar causa à inexecução total do contrato;

III - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

IV - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

V - não substituir ou refazer, no prazo estipulado, os serviços recusados pelo CONTRATANTE; e/ou

VI - descumprir os prazos e condições previstas neste contrato.

§ 9º. A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública será aplicada, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, IV, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes casos:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013.

§ 10. É admitida a reabilitação do contratado perante o PJSC, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, exigindo, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos.

§ 11. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

§ 12. Na aplicação das penalidades acima serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

§ 13. Ocorrendo caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado e aceito pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades.

§ 14. Além das penalidades acima citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas na [Resolução GP n. 88/2024](#) e no art. 156 da Lei n. 14.133/2021.

DA INEXEÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 1º Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de

obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

§ 2º O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao CONTRATANTE o direito de extinguir o contrato a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§ 3º A extinção por ato unilateral do CONTRATANTE sujeitará a CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da extinção, independentemente de outras penalidades.

§ 4º Caso o valor do prejuízo do CONTRATANTE advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.

§ 5º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

DOS ENCARGOS

Cláusula décima primeira. As despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato ficarão a cargo da CONTRATADA, bem como a correta aplicação da legislação atinente à segurança, à higiene e à medicina do trabalho.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima segunda. A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato, somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em aditivo, que a este contrato se aderirá.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

Cláusula décima terceira. Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida

lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

DOS PRAZOS

Cláusula décima quarta. Este contrato terá os seguintes prazos:

I – de vigência: a contar da data da assinatura do contrato até o adimplemento total das obrigações; e

II – de execução: 12 meses, a contar do recebimento da autorização de fornecimento pela CONTRATADA, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei n. 14.133/2021, mediante aditivo, se houver interesse das partes.

Parágrafo único. Os demais prazos relacionados ao fornecimento estão previstos no termo de referência anexo.

DA PUBLICAÇÃO

Cláusula décima quinta. O CONTRATANTE providenciará a publicação deste contrato no Diário da Justiça Eletrônico, no Portal Nacional de Compras Públicas, nos termos do art. 94, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, e no Portal da Transparência do Poder Judiciário de Santa Catarina (www.tjsc.jus.br/contratos), cuja consulta é possível ao inserir o exercício (ano) e o número do contrato.

DO FORO

Cláusula décima sexta. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas deste contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este contrato em duas vias de igual forma e teor.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA - ID PCA (DIE/Nº 252)

Termo de referência com regime da Lei n. 14.133/21

I. UNIDADE REQUISITANTE: Seção de Controle de Custos e Suprimentos da Divisão Administrativa da Diretoria de Infraestrutura.

II. OBJETO: Fornecimento contínuo de café em pó e açúcar, com quantitativos estimados, a serem adquiridos conforme necessidade do PJSC, observadas as especificações técnicas descritas no termo de referência e seus anexos.

A) CÓDIGO DO CATÁLOGO DE MATERIAL:

1. Café em pó: 463587

2. Açúcar: 463996

Ressalta-se que os códigos encontrados e informados são os que mais se aproximam das especificações técnicas mínimas exigidas pelo edital.

B) MARCA DE REFERÊNCIA: Constante no ANEXO I – Especificações técnicas;

B.1) MODELO DA MARCA DE REFERÊNCIA: Constante no ANEXO I – Especificações técnicas;

B.2) MODELO E MARCA CUJA PARTICIPAÇÃO É VEDADA: Não se aplica.

C) ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA E CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

1. Prazo de garantia mínimo de 10 meses, contados a partir do recebimento provisório, contra defeitos e/ou vício do produto ou do serviço.

2. Justificativa: A garantia abrange a troca dos produtos, pela CONTRATADA ou de sua(s) credenciada(s), se for o caso, e de acordo com as normas técnicas específicas, a fim de manter os mesmos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional ao Poder Judiciário.

3. Prevalecerá a garantia por tempo superior, na hipótese de o fabricante ou a CONTRATADA oferecer prazo superior ao exigido em edital.

4. Modo de prestação de assistência técnica durante o prazo de garantia:

4.1 Se, durante o prazo de garantia, os produtos ou serviços, apresentarem defeitos e/ou vícios, a CONTRATADA deverá substituí-los ou refazê-los no prazo de até 30 dias, a partir da comunicação por escrito, sem quaisquer ônus ao Poder Judiciário.

4.2 Tratando-se de vício oculto, o prazo decadencial inicia-se no momento em que ficar evidenciado o vício.

D) LOCAL DE ENTREGA DO BEM: Almoxarifado Central deste Tribunal, localizado na Rodovia BR 101 - Km 208, Bairro São Luís (Morro do Avaí), CEP: 88.106-100, telefone: (48) 3287-2052, das 13 às 17 horas, sendo que a entrega deverá ser agendada com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência ou pelo endereço de e-mail recebimento@tjsc.jus.br.

E) FREQUÊNCIA E PERIODICIDADE: Os produtos serão requisitados conforme necessidade do PJSC, de forma parcelada, por meio de autorização de fornecimento.

F) ACONDICIONAMENTO DO OBJETO: conforme indicado no ANEXO I – Especificações técnicas

G) ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO:

1. A partir do recebimento da Autorização de Fornecimento iniciará, para a CONTRATADA, o prazo para a entrega dos produtos, que será de, no máximo, 30 dias para entrega do objeto.

2. O objeto contratado, observadas as condições estabelecidas no edital, será recebido da seguinte forma:

2.1 provisoriamente, em até 10 dias da entrega do(s) bem(ns), mediante termo detalhado atestando o cumprimento das exigências de caráter técnico;

2.2 definitivamente, em até 30 dias do recebimento provisório, por servidor da área técnica ou comissão composta de três membros, desde que os pedidos superem, individualmente, o valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), após a comprovação da adequação do objeto às especificações do edital.

3. Constatada qualquer irregularidade, a CONTRATADA, devidamente comunicada, por escrito, terá o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da notificação, para realizar a substituição/regularização necessária, às suas expensas.

4. Caso a CONTRATADA não retire os produtos irregulares nesse prazo, o PJSC dará ao bem a finalidade que lhe convier.

5. O período compreendido entre a entrega do objeto e a ciência da notificação para a troca do produto não será contabilizado para efeito de contagem dos prazos para substituição/regularização do bem.

6. Caso seja constatado que o objeto substituído/regularizado permanece em desacordo com as especificações do edital, a contagem do prazo para realizar nova substituição/regularização não será interrompida.

H) PRAZO DE VALIDADE DOS PRODUTOS: não inferior a 10 (dez) meses, contados da data de entrega do produto.

I) DA ANÁLISE DO PRODUTO: Relativo aos itens 1 e 2 – Café em pó, na primeira entrega e após cada entrega do produto, este TJSC reserva-se ao direito de encaminhar, esporádica e aleatoriamente, amostras do café, em embalagens fechadas e lacradas, para a realização de análise sensorial de atributos da bebida, bem como análises de controle de qualidade do café, em laboratórios habilitados, autorizados ou creditados.

O exame, citado no item acima, terá por objeto verificar as características físico-químicas, microbiológicas, macrobiológicas e sensoriais, que devem estar de acordo com os parâmetros legais vigentes.

O custo da análise correrá por conta da CONTRATADA, nos termos do art. 140 § 4º da Lei 14.133/2021.

Confirmada a ocorrência do fornecimento de produto diverso do especificado no Anexo I, a CONTRATADA terá o fornecimento do produto cancelado, mediante notificação da Seção de Controle de Custos e Suprimentos/Divisão Administrativa/Diretoria de Infraestrutura à Diretoria de Material e Patrimônio.

III. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

Com base nos estudos técnicos preliminares realizados, identificou-se que a aquisição de café em pó e açúcar se apresenta a melhor solução para atender as necessidades especificadas. Os critérios técnicos e funcionais considerados na avaliação justificam a escolha dos produtos.

IV. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

O Termo de Consolidação da Pesquisa de Preços (doc. 10434075) detalhará a pesquisa de mercado, considerando a amplitude de fontes de pesquisa para determinar o preço de referência do procedimento licitatório e integra o

processo desta contratação.

V. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

A) DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Fornecer os produtos nas condições, no preço e no prazo estipulados na proposta. Entretanto, estando impossibilitada de cumprir o(s) prazo(s) de entrega, a CONTRATADA deverá adotar os seguintes procedimentos:

1.1 enviar eletronicamente para o endereço dmp.registrodepreco@tjsc.jus.br o pedido de prorrogação de prazo até a data-limite para a entrega do produto/o cumprimento da obrigação, endereçando-o à Divisão de Contratos, Convênios e Registro de Preços, devendo o arquivo estar obrigatoriamente no formato PDF (Portable Document Format), com tamanho máximo de 10 (dez) megabytes, sem prejuízo da observância dos demais requisitos previstos nos arts. 12 a 15 da [Resolução Conjunta GP/CGJ n. 7/2019](#).

2. O pedido de prorrogação do prazo de entrega deverá estar instruído com, no mínimo, as informações abaixo:

2.1 identificação do objeto, número do Pregão, número da Autorização de Fornecimento e do contrato;

2.2 justificativa plausível quanto à necessidade da prorrogação;

2.3 documentação comprobatória; e

2.4 indicação do novo prazo a ser cumprido.

3. O(s) pedido(s) de prorrogação de prazo, em conformidade com o disposto nos incisos anteriores, será(ão) apreciado(s) com base na justificativa apresentada, na documentação acostada e no interesse público envolvido, ficando a critério da Administração o seu deferimento;

3.1 caso a Administração conceda a prorrogação do prazo, nova data-limite será estabelecida, em conformidade com o deferido;

3.2 caso a Administração não conceda a prorrogação do prazo, a CONTRATADA estará sujeita às sanções administrativas pertinentes;

3.3 serão considerados intempestivos os pedidos de prorrogação efetuados após a expiração do prazo de entrega/cumprimento da obrigação;

3.4 o não cumprimento do disposto nos itens anteriores deste item facultará ao PJSC a adoção de medidas objetivando possível extinção contratual, incorrendo a CONTRATADA, conforme o caso, nas sanções administrativas cabíveis;

4. Emitir a nota fiscal observando o disposto neste termo de referência;

5. Manter durante o prazo de validade do registro todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação;

6. Manter número telefônico e endereço de e-mail atualizados para efetivação dos pedidos durante a vigência do contrato;

7. Prestar garantia dos produtos contra defeitos e/ou vícios pelo prazo estabelecido neste termo de referência, a partir do recebimento provisório.

7.1 prevalecerá a garantia por tempo superior, na hipótese de o fabricante ou a CONTRATADA a oferecer;

7.2 se, durante o prazo de garantia, os produtos, apresentarem defeitos e/ou vícios, a CONTRATADA deverá substituí-los no prazo de até 30 dias, a partir da comunicação por escrito;

8. Efetuar a substituição dos produtos fornecidos, às suas expensas, caso seja detectada perda de qualidade;

9. Retirar no Almoxarifado Central do PJSC, no prazo de 30 dias, a partir do recebimento da comunicação por escrito, os produtos que apresentarem defeitos ou estiverem em desacordo com as especificações do edital.

10. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, caso a exigência seja aplicável à CONTRATADA;

11. Dar conhecimento do Programa de Integridade das Contratações e do Código de Conduta das Contratações do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, implementados pela [Resolução GP n. 30/2021](#), aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, estando todos cientes das normas éticas, da vedação de práticas de fraude e corrupção, da responsabilização e das penalidades previstas para atos lesivos.

B) DAS OBRIGAÇÕES DO PJSC

1. Promover condições para a execução contratual objeto deste contrato;

2. Assegurar livre acesso das pessoas credenciadas pela CONTRATADA para execução dos serviços;

3. Empenhar os recursos necessários, garantido o pagamento das Notas Fiscais/Faturas em dia;

4. Publicar o extrato do contrato, seus aditivos, bem como os apostilamentos, se ocorrerem, no [Portal da Transparência do Poder Judiciário de Santa Catarina](https://tjsc.thema.inf.br/transparencia/portal/#/consultaContrato) (<https://tjsc.thema.inf.br/transparencia/portal/#/consultaContrato>) — cuja consulta é possível ao inserir o exercício (ano) e o número do contrato —, no Diário da Justiça Eletrônico, órgão oficial de divulgação dos atos processuais e administrativos do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, veiculado no site do Tribunal de Justiça, no endereço www.tjsc.jus.br, e no Portal Nacional de Contratações Públicas, quando concluída integração do sistema que viabilize a transferência de dados;

5. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

6. Fiscalizar a prestação de serviços, comunicando à CONTRATADA quaisquer fatos que necessitem sua imediata intervenção;

7. Controlar e acompanhar toda a execução deste contrato; e

8. Designar gestor operacional para acompanhamento do contrato, nos moldes da Resolução GP n. 78/2023.

VI. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

A) FISCALIZAÇÃO

1. O PJSC exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução objeto contratado, a qualquer hora, por meio do gestor e fiscais abaixo indicados, nos termos dos arts. 41 a 44 da [Resolução GP n. 78/2023](#) e do [Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos](#).

2. A forma de comunicação entre os gestores ou fiscais do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina e o preposto da CONTRATADA será realizada preferencialmente pelo Sistema Eletrônico de Informações – SEI;

3. Compete ao Fiscal Técnico:

3.1 zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados ao PJSC;

3.2 verificar se a entrega de materiais ou a prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e o instrumento convocatório;

3.3 acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições e a execução dos serviços, de acordo com o objeto contratado; e

3.4 indicar eventuais descumprimentos contratuais para que, mediante processo administrativo, sejam devidamente apurados.

4. O gestor e o fiscal do contrato poderão solicitar à CONTRATADA informações complementares para acompanhamento de questões relacionadas ao Programa de Integridade das Contratações, implementado pela [Resolução GP n. 30/2021](#);

5. A fiscalização do PJSC poderá exigir a substituição do preposto da CONTRATADA, mediante decisão motivada do gestor do contrato.

6. A fiscalização anotarará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos descumprimentos observados.

7. A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução deste contrato.

8. Equipe de fiscalização:

GESTORA DO CONTRATO	Diretora da Unidade Requisitante
FISCAL TÉCNICO	Chefe da Seção de Controle de Custos e Suprimentos e Chefe da Divisão Administrativa
FISCAL ADMINISTRATIVO	Chefe da Divisão de Contratos, Convênios e Registro de Preços
INTEGRANTE DA COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE BENS	Servidor da Unidade Requisitante

INTEGRANTE DA COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE BENS	Servidor da Unidade Demandante ou Requisitante
INTEGRANTE DA COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE BENS	Chefe da Seção de Recebimento de Bens/Divisão de Almoxarifado

B) PENALIDADES

1. Advertência: será aplicada em caso de infrações cometidas que prejudiquem a lisura do processo licitatório ou correspondam a pequenas irregularidades verificadas na execução do contrato, que venham ou não causar danos ao contratante ou a terceiros.

2. Multas:

2.1 - 2% (dois por cento) ao dia, limitada a 10% (dez por cento), sobre o valor total do(s) produto(s), pelo atraso na entrega;

2.2 - 2% (dois por cento) ao dia, limitada a 10% (dez por cento), sobre o valor total do(s) produto(s), por atraso na substituição ou na regularização daquele(s) entregue(s) em desacordo com as especificações;

2.3 - 1% (um por cento) ao dia, limitada a 20% (vinte por cento), sobre o valor total unitário do produto, pelo atraso no conserto ou na substituição deste, durante o período de garantia, sem prejuízo da aplicação dos dispositivos do Código de Defesa do Consumidor;

2.4 - 10% (dez por cento), sobre o valor total do(s) produto(s) entregue(s) em desacordo com as especificações do edital. Fica afastada a incidência desta multa na hipótese em que a substituição/regularização ocorrer dentro do prazo inicialmente estipulado para a entrega; e,

2.5 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, limitada a 20% (vinte por cento), sobre o valor total dos produtos, pelo descumprimento de quaisquer das disposições do edital e anexos, ressalvadas aquelas para as quais tenham sido fixadas penalidades específicas.

2.6. 0,5% a 5% sobre o valor do contrato em razão da litigância de má-fé.

2.6.1. considera-se litigante de má-fé aquele que:

I - deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso;

II - alterar a verdade dos fatos; ou

III - interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório.

II. GERENCIAMENTO DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO:

A) MAPA DE RISCOS: O Mapa de Riscos Gerais da contratação foi realizado pelo PJSC e faz parte do processo de contratação (SEI n.0015011-35.2020.8.24.0710).

B) MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS: Os riscos contratuais foram alocados nas obrigações contratuais, não se vislumbrando necessidade de

elaboração de matriz de riscos específica.

VII. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

a) O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA as importâncias estipuladas na tabela abaixo, de acordo com a quantidade efetivamente entregue:

ITEM	Descrição	Quantidade/ Pacote de 500g	Valor Unitário (Pacote)	Valor total
1	Café em pó (Ampla participação)	34.500	R\$	R\$
2	Café em pó (Cota reservada ME e EPP)	11.500	R\$	R\$
ITEM	Descrição	Quantidade/ Pacote de 1 Quilograma	Valor Unitário (Pacote)	Valor total
3	Açúcar (Ampla participação)	12.000	R\$	R\$
4	Açúcar (Cota reservada ME e EPP)	4.000	R\$	R\$

*Valores de acordo com a proposta vencedor

1. A CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a seguinte documentação (art. 121 c/c o art. 92, XVI, da Lei n. 14.133/2021), dentro do seu prazo de validade:

1.1 comprovante da regularidade para com a Fazenda Federal;

1.2 comprovante da regularidade para com a Fazenda Estadual, caso o valor do pagamento ultrapasse 50% da quantia estabelecido no art. 75, II, da Lei n. 14.133/2021 e o prazo de entrega for superior a 30 (trinta dias).

1.3 comprovante da regularidade para com o FGTS, caso o valor do pagamento ultrapasse 25% da quantia estabelecida no art. 75, II, da Lei n. 14.133/2021 e o prazo de entrega for superior a 30 (trinta dias); e

1.4 comprovante da regularidade para com a Justiça do Trabalho, caso o valor do pagamento ultrapasse 25% da quantia estabelecida no art. 75, II, da Lei n. 14.133/2021 e o prazo de entrega for superior a 30 (trinta dias);

2. Os comprovantes de regularidade:

2.1 somente serão aceitos com prazo de validade determinado no

documento ou com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias;

2.2 serão substituídos por documento emitido pela Diretoria de Material e Patrimônio caso a CONTRATADA possua cadastro com o PJSC (com as certidões dentro do prazo de validade) ou no SICAF (níveis de cadastramento II e III);

3. Caso a CONTRATADA não comprove a regularidade fiscal e trabalhista:

3.1. Será emitida notificação pelo CONTRATANTE para regularização no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento do ofício, e, caso não regularizada, será iniciado o processo de extinção contratual, com aplicação da multa rescisória; e, concomitantemente; e

3.2 Será realizado o pagamento, procedendo-se as retenções tributárias, na forma da lei.

b) Todas as notas fiscais emitidas pela CONTRATADA deverão conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do CONTRATO e o número da Autorização de Fornecimento correspondente.

1. A nota fiscal que não estiver de acordo com o estabelecido neste edital, não será aprovada por este PJSC e será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, oportunidade em que será sobrestado o processo de pagamento até que sejam corrigidos os problemas apontados.

2. A devolução da nota fiscal não aprovada por este PJSC em hipótese alguma servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda quaisquer fornecimentos.

c) CONTRATADA entregará a nota fiscal à Seção de Recebimento, Divisão de Almoxarifado, Diretoria de Material e Patrimônio.

d) Este PJSC compromete-se a efetuar o pagamento até o 15º (décimo quinto) dia útil, depois de cumpridas as condições de pagamento supracitadas.

e) No caso de isenção do ICMS (prevista no RICMS/SC - Decreto Estadual n. 2870/2001 e alterações), a CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal com o valor bruto da operação. Deverá inserir, após, o valor do desconto, para que o valor líquido constante da Nota Fiscal corresponda ao valor de sua proposta bem como da Autorização de Fornecimento. O PJSC não estará sujeito à isenção quando:

1. o contribuinte estiver no Simples Nacional;
2. na saída de mercadorias ou bens sujeitas ao regime de substituição tributária; ou
3. da caracterização das demais hipóteses previstas no RICMS/SC.

f) Caso não ocorra o pagamento da nota fiscal até o 15º (décimo quinto) dia útil por culpa exclusiva do PJSC, será efetuada a atualização monetária do 16º (décimo sexto) dia útil até a data da efetiva quitação, atualizando-se o valor pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), nos termos do art. 92, inc. V, da Lei n. 14.133/2021.

g) Todos os documentos apresentados para os pagamentos deverão estar atrelados a raiz do CNPJ constante da proposta que originou o instrumento contratual.

VIII. SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

A) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL: Das licitantes não será exigida a apresentação de atestado de capacidade técnico-operacional.

B) QUALIFICAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL: Das licitantes não será exigida a apresentação de atestado de capacidade técnico-profissional.

C) CONSÓRCIO: A participação de consórcio fica vedada em virtude de ser objeto comum e passível de ser executado por diversas entidades empresarias individualmente, de modo que a disputa estará preservada.

Vale ressaltar que a doutrina reconhece que a formação de consórcios acarreta risco da dominação do mercado, por meio de pactos de eliminação de competição entre os empresários. Diante desses pontos negativos, a participação de consórcios em procedimentos licitatórios só deve ser autorizada quando puderem ser observadas vantagens para o PJSC, o que não se verifica no caso em apreço.

D) QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: Não se aplica.

E) VISITA TÉCNICA: Não se aplica.

F) AMOSTRA/TESTE DE CONFORMIDADE: Não se aplica.

G) DEMAIS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS PELA UNIDADE REQUISITANTE: DOS LAUDOS

A licitante detentora da proposta mais bem classificada deverá apresentar, juntamente com a proposta:

1. Laudos de comprovação da qualidade e das especificações técnicas dos itens 1 e 2 do Anexo I:

1.1. Deverão ser apresentados os seguintes Laudos (em originais ou cópias autenticadas):

1.1.1 Laudos técnicos e/ ou laboratoriais do café cotado, não superior a 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da abertura da proposta, indicando suas características conforme tabela abaixo:

ENSAIO	LEGISLAÇÃO TÉCNICA APLICÁVEL	PARÂMETROS
Microscopia - total de impurezas e matérias estranhas	Portaria SDA 570/2022 MAPA	Máximo 1%
Elementos estranhos	Portaria SDA 570/2022 MAPA	Ausência
Qualidade global da bebida	Portaria SDA 570/2022 MAPA	Mínimo 7,00 pontos
Ponto de torra	Portaria SDA 570/2022 MAPA	55 a 65 Agtron

Físico-química - Moagem	Portaria SDA 570/2022 MAPA	Média
Físico-química - Extrato aquoso	Portaria SDA 570/2022 MAPA	Mínimo 20%
Físico-química - Cafeína	Portaria SDA 570/2022 MAPA	Mínimo 0,7%
Físico-química - Umidade	Portaria SDA 570/2022 MAPA	Até 5%
Macroscopia - Fragmento de insetos indicativos de falha de boas práticas de fabricação	RDC 623/2022 Anvisa	Até 60 fragmentos em 25g
Contaminantes de Alimentos: Ocratoxina A	RDC 722/2022 Anvisa c/c IN 160/2022 Anvisa	LMT mcg/Kg = 10
Microbiologia: Salmonella/25g	RDC 724/2022 Anvisa c/c IN 161/2022 Anvisa	Ausente
Microbiologia: Escherichia Coli/g	RDC 724/2022 Anvisa c/c IN 161/2022 Anvisa	Até 10
Rotulagem	RDC 727/2022 Anvisa c/c Portaria 570/2022 MAPA	Verificação

1.2 Os Laudos de que trata o item 1.1.1 deverão ser emitidos por laboratório habilitado pelo Ministério da Saúde, ou acreditado pelo Ministério da Agricultura ou INMETRO.

1.3 Os laudos deverão ter a identificação do café, marca, tipo e lote. Quaisquer laudos, apresentados pela licitante ou requisitados pelo Tribunal de Justiça, que declare que não atende aos padrões exigidos, ensejará a desclassificação da licitante.

Justifica-se a necessidade de solicitação de apresentação do laudo para que se possa verificar se o produto ofertado na proposta pelo licitante atende às especificações constantes no instrumento convocatório e ao padrão de identidade e qualidade do produto, estabelecidos na legislação vigente, mencionadas acima.

IX. QUANTIDADES ESTABELECIDAS NO FORMULÁRIO-PROPOSTA:

ITEM	Descrição	Quantidade/ Pacote de 500g	Valor Unitário (Pacote)	Valor total
1	Café em pó (Ampla participação)	34.500	R\$	R\$
2	Café em pó (Cota reservada ME e EPP)	11.500	R\$	R\$
ITEM	Descrição	Quantidade/ Pacote de 1 Quilograma	Valor Unitário (Pacote)	Valor total
3	Açúcar (Ampla participação)	12.000	R\$	R\$
4	Açúcar (Cota reservada ME e EPP)	4.000	R\$	R\$

1) APLICAÇÃO DO ART. 48, I OU III DA LEI COMPLEMENTAR N. 123/2006 (COTAS/PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP):

(X) Não há óbice à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte e, caso aplicável, à divisão do(s) item(ns) em cota reservada para participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte.

() Não é possível aplicar o art. 48, I e/ou III, da LC n. 123/2006.
Justificativa:

2) JUSTIFICATIVA DAS QUANTIDADES:

2.1) Quantas unidades de serviços ou bens deverão ser contratadas?

Os quantitativos foram estipulados pela Seção de Controle de Custos e Suprimentos, da DIE, a qual é responsável pelo controle e gerência da aquisição dos produtos e a quantidade estimada foi obtida em conjunto com a Divisão de Almoxarifado-DMP, responsável pela distribuição dos produtos. Desse modo, levou-se em consideração:

1. Quantidade de bens distribuídos para todas as Unidades do PJSC nos últimos 12 (doze) meses;

2. Aumento no número de servidores, magistrados e colaboradores nas unidades;

3. A criação de novas unidades judiciárias;

4. A reestruturação do serviço judiciário de segundo grau, com a criação de 12 novos cargos de desembargador e 4 cargos de juiz de segundo grau;
5. O quantitativo disponível em estoque no Almoxarifado;
6. Quantidade necessária para manter o fornecimento pelo prazo de 12 meses.

Diante das considerações elencadas, bem como do histórico de aquisições demonstradas no quadro acima, foi possível estabelecer os seguintes quantitativos estimados para consumo anual:

Item	Descrição	Quantidade/Pacote de 500g
1	Café em pó	46.000
Item	Descrição	Quantidade/Pacote de 1 Quilograma
2	Açúcar refinado	16.000

2.2) Qual o histórico da demanda pelo bem ou serviço?

Visando apresentar dados históricos, foram selecionados os anos de 2024 e 2025, para apresentar as aquisições nesse período:

1. CAFÉ EM PÓ:

2024 - 18.300 kg - - relativo a 36.600 pacotes de 500 gramas.

2025 - 17.100 kg - - relativo a 34.200 pacotes de 500 gramas.

2. AÇÚCAR REFINADO:

2024 - 12.000 kg

2025 - 10.200 kg

2.3) Haverá incremento ou diminuição da demanda levando-se em conta os objetivos propostos no [Planejamento Estratégico Institucional](#) ou no planejamento específico da unidade gestora orçamentária, a exemplo do Plano de Obras ou Plano Diretor de Tecnologia da Informação?

Não há previsão de incremento ou diminuição da demanda.

X. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico.

XI. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço.

XII. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO:

XII.1 A adjudicação do objeto se dará por item ou por grupo de itens?

A adjudicação será dar por item.

XII.2 Em caso de agrupamento de itens, quais as justificativas da não adoção do parcelamento da solução?

Não se aplica.

XIII. PRAZOS

a) De execução: 12 meses, a contar do recebimento da primeira autorização de fornecimento pela CONTRATADA, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 107 da Lei n. 14.133/2021, mediante termo aditivo, se houver interesse das partes;

b) De entrega do produto: 30 dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento;

c) De garantia dos produtos: mínimo de 10 meses, contados a partir do recebimento provisório, contra defeitos e/ou vício do produto ou do serviço.

d) Da prestação da assistência técnica: não se aplica.

e) De substituição dos produtos fornecidos em desacordo com o edital: 30 dias.

XIV. INEXECUÇÃO, EXTINÇÃO DO CONTRATO

a) A inexecução contratual ensejará a extinção do instrumento contratual, nos termos da Capítulo VIII, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

2. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

3. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

b) O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegura a este PJSC o direito de extinguir o instrumento contratual a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

c) O cancelamento unilateral, com fundamento no inciso I do art. 138 e art. 139 da Lei n. 14.133/2021, sujeitará a CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da extinção ou sobre o valor atualizado do item acerca do qual foi verificado o descumprimento por parte da CONTRATADA, independentemente de outras penalidades.

d) Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

ANEXO II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

ITEM 1: Café em pó:

1.1 Café torrado e moído e Composição: café 100% arábica;

1.2 Pó homogêneo, torra média a média clara (Agtron 55 a 65);

1.3 Característica: “mole”, conforme instrução normativa MAPA n. 8, de 11 de junho de 2003;

1.4 Aspecto: Grãos de café dos tipos 2 a 4, da COB - Classificação Oficial Brasileira;

1.5 Embalagem:

1.5.1 Embalagem primária - **PACOTE**: o produto deverá ser embalado a vácuo puro, em envoltório metalizado, com fechamento hermético, pacote com peso de 500 gr (quinhentos gramas);

1.5.2 Embalagem secundária: caixa de papelão com 10(dez) quilogramas.

1.5.3 Tanto as embalagens primárias quanto as secundárias deverão ostentar o registro de identificação do lote, data de fabricação e/ou prazo de validade e código de barras;

1.6 Classificação:

1.6.1 Elementos estranhos: Ausência;

1.6.2 Somatório de matérias estranhas e impurezas (cascas, paus e sedimentos): máximo 1%;

1.7 Características químicas (exigidas para cada g/100g):

1.7.1 umidade de no máximo 5%;

1.7.2 cafeína em no mínimo 0,7%;

1.7.3 extrato aquoso em no mínimo de 20%;

1.8 As características organolépticas, microbiológicas e microscópicas deverão atender ao padrão de identidade e qualidade estabelecidos na legislação vigente.

1.9 Características Organolépticas:

1.9.1 aroma característico;

1.9.2 acidez baixa a moderada;

1.9.3 amargor moderado;

1.9.4 sabor característico e equilibrado;

1.9.5 livre de sabor fermentado;

1.9.6 adstringência baixa;

1.9.7 corpo moderadamente encorpado;

1.9.8 Qualidade Global da bebida igual ou maior que 7,00 pontos.

2 Prazo de validade: no mínimo de 10 (dez) meses contados a partir do recebimento provisório do produto no Almoxarifado e deverá estar impresso nas embalagens primária e secundária, comprovado por meio da data de fabricação.

3 Marca referência: Café Jurerê

ITEM 2: Açúcar:

1 Açúcar refinado, de origem vegetal, branco, composição sacarose de cana de açúcar;

2 A embalagem primária, com capacidade de 1 (um) quilograma,

deverá ser de proteção plástica, isenta de qualquer defeito que possa comprometer a integridade ou a qualidade do produto;

3 A embalagem secundária, com capacidade de 10 (dez) quilogramas, deverá ser pacote (papel Kraft) envolto em embalagem de proteção plástica transparente com espessura mínima de 0,090mm para parede dupla, com variação de até 8% ou somente em embalagem de proteção plástica transparente com espessura mínima de 0,090mm para parede dupla, com variação de até 8%. Deverá ser identificada com etiqueta contendo o nome da empresa fornecedora do material e deverá ostentar o nome do produto;

4 Prazo de validade: no mínimo de 10 (dez) meses contados a partir do recebimento provisório do produto no Almoxarifado e deverá estar impresso nas embalagens primária e secundária, comprovado por meio da data de fabricação.

5 Marca referência: Alto alegre; Caravelas.

OBSERVAÇÃO:

1 - As marcas de referência mencionadas servem como parâmetro de qualidade para facilitar a descrição do objeto, podendo o licitante oferecer produto de marca equivalente, ou similar ou de melhor qualidade (TCU, Acórdão 113/2016, Plenário).

2 - As marcas de referência e modelos de referência indicadas poderão sofrer alterações ou descontinuidade pelo fabricante durante o período de tramitação do processo licitatório.

Informações em cumprimento à Lei Estadual 17.983, de 19.8.2020, estão disponíveis para consulta no QRCode:	
--	--



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme e Silva Pamplona**, **Diretor**, em 11/05/2026, às 16:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjsc.jus.br/verificacao> informando o código verificador **10660073** e o código CRC **ED793CD5**.